



CONSULT AUDITORES

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES Nº 1-03/25
Demonstrações Financeiras em 31/DEZ/24



CONSULT AUDITORES

Curitiba, 17 de março de 2025

Aos
Diretores e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Rio de Janeiro - RJ

CONFIDENCIAL

Prezados Senhores,

Em cumprimento às obrigações estabelecidas em nosso contrato de prestação de serviços de auditoria, apresentamos o relatório dos auditores independentes, relativamente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31/DEZ/24.

Paulo Sergio da Silva
SÓCIO DE AUDITORIA



CONSULT AUDITORES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ
Rio de Janeiro - RJ

Opinião com Ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião com Ressalvas

Depósitos vinculados a ações judiciais/administrativas

Com base nas informações apresentadas pela Administração, os saldos de depósitos vinculados a ações judiciais – leasing, bloqueios em conta corrente, ações judiciais – Portus, Recursos Interpostos, ações judiciais – VPNI e outras ações judiciais, que em 31 de dezembro de 2024 totalizam o valor de R\$ 433.864 mil (R\$ 506.145 mil em 31 de dezembro de 2023), conforme nota explicativa nº 10, estão em processo de reconciliação com a respectiva documentação suporte e os extratos das instituições financeiras depositárias. Em face da apresentação de divergência ainda não conciliada, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre a adequação do referido saldo, bem como os possíveis reflexos no resultado em 31 de dezembro de 2024.

Provisões para passivos contingentes trabalhistas

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Companhia possui registrado na rubrica de provisão para passivos contingentes o montante de R\$ 290.228 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 107.710 mil em 31 de dezembro de 2023) referente à ações trabalhistas. Nossos procedimentos de auditoria revelaram diversas inconsistências nos critérios de reconhecimento destes processos judiciais, bem como nos controles



CONSULT AUDITORES

internos e nas bases de mensuração aplicáveis à constituição dos passivos contingentes trabalhistas. Conseqüentemente, não foi possível, diante das circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos alternativos de auditoria, concluir sobre a adequação do saldo da provisão para contingências trabalhistas, bem como os possíveis reflexos no resultado e efeitos tributários em 31 de dezembro de 2024.

Retificação de Erros – Procedimentos Contábeis Incorretos

Os procedimentos de auditoria evidenciaram, conforme observado na Demonstração do Resultado do Exercício, conta denominada "Provisões Contábeis Líquidas", nota explicativa nº 26, que a Companhia efetuou ajustes na conta de Provisões para Contingências com o objetivo de adequar os saldos apresentados nas demonstrações contábeis. Entretanto, tais ajustes não foram realizados em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Ênfases

Avaliação da mensuração da obrigação atuarial de benefício pós emprego de plano de pensão com benefício definido

Conforme apresentado na nota nº 18, na determinação da mensuração das obrigações de benefícios pós-emprego a empregados (plano de pensão com benefício definido e outros), são utilizadas diversas premissas atuariais sensíveis e valor justo dos ativos do plano, o que, devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação destas premissas, deve ser enfatizado que alterações nas premissas podem resultar em impactos relevantes nas obrigações relacionadas ao plano de benefício definido.

Resultado do Exercício de 2024 – Eventos não operacionais

Conforme consta na Demonstração do Resultado, o exercício de 2024, comparativamente com o ano de 2023, está impactado pela redução na conta de provisões contábeis líquidas e pelo aumento na conta de outras receitas



CONSULT AUDITORES

operacionais, ambas, principalmente, em função do registro contábil do encontro de contas firmado com o Município do Rio de Janeiro.

Reapresentação dos valores correspondentes do exercício social de 2023

Conforme mencionado na nota nº 3, os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e as informações contábeis correspondentes relativas às demonstrações do resultado, do resultado abrangente e do fluxo de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 (IAS 08) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (IAS 01) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada à adequação da reapresentação de exercícios anteriores.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria e Revisão do Ano Anterior

Os valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados cujo relatório datado de 18 de março de 2024, continha ressalvas com relação aos depósitos vinculados a ações judiciais/administrativas, provisões para passivos contingentes trabalhistas e transações com o tesouro nacional – contratos de cessão de créditos.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



CONSULT AUDITORES

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



CONSULT AUDITORES

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 17 de março de 2025.

Paulo Sergio da Silva
Contador CRCPR Nº 029.121/O-0 S-RJ

Marlos Nanoni Reinert
Contador CRCPR Nº 050.998/O-9 S-RJ

CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR Nº 2906/O-5

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2024	2023
Ativo circulante			(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	482.072	310.909
Contas a receber de clientes	6	20.316	16.902
Créditos fiscais	7	5.234	4.035
Valores a receber	8	6.562	9.411
Outros ativos	9	7.182	618
		<u>521.366</u>	<u>341.875</u>
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Valores a receber	8	1.690	1.244
Depósitos judiciais	10	562.501	542.648
Créditos fiscais	7	71.437	66.542
Outros ativos	9	423	59.478
		<u>636.051</u>	<u>669.912</u>
Propriedade para investimento	11	9.050	10.285
Imobilizado	12	967.966	829.936
		<u>1.613.067</u>	<u>1.510.133</u>
Total do ativo		2.134.433	1.852.008

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	2024	2023
Passivo circulante			(Reapresentado)
Fornecedores	13	13.801	39.419
Obrigações trabalhistas e assistenciais	14	26.878	17.916
Obrigações tributárias	15	157.900	202.617
Obrigações contratuais	16	12.834	26.443
Benefícios pós emprego	18	25.048	24.998
Receitas diferidas	17	48.851	97.934
		285.312	409.327
Passivo não circulante			
Obrigações tributárias	15	538.974	430.116
Obrigações contratuais	16	154.093	147.321
Benefícios pós emprego	18	204.369	267.720
Provisão para contingências	19	2.095.314	2.256.399
Adiant. futuro aumento de capital	20	389.836	359.506
		3.382.586	3.461.062
Patrimônio líquido			
Capital social	21	2.162.322	2.162.322
Adiant. futuro aumento de capital	20	190.012	-
Outros resultados abrangentes		121.820	65.952
Prejuízos acumulados		(4.007.619)	(4.246.655)
		(1.533.465)	(2.018.381)
Total do passivo		2.134.433	1.852.008

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
			(Reapresentado)
Operações continuadas			
Receita operacional líquida	22	882.364	859.121
Custos da operação	23	(179.744)	(167.546)
Lucro bruto		702.620	691.575
Resultado operacional			
Despesas gerais e administrativas	24	(196.560)	(200.635)
Depreciação	25	(26.202)	(26.256)
Provisões contábeis líquidas	26	(368.400)	(753.128)
Outras receitas operacionais	27	295.662	27.786
Outras despesas operacionais		(8)	(534)
		(295.508)	(952.767)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		407.112	(261.192)
Resultado financeiro			
Resultado financeiro líquido	28	(52.356)	(65.430)
Resultado antes dos tributos		354.756	(326.622)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			
Imposto de renda	29	(85.082)	(66.452)
Contribuição social	29	(30.638)	(23.951)
		(115.720)	(90.403)
Resultado do exercício		239.036	(417.025)
Quantidade de Ações		1.076.487.907	1.076.487.907
Lucro (prejuízo) por milhares de ações do Capital Social		0,22	(0,39)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais)

	2024	2023
		(Reapresentado)
Resultado líquido do período	239.036	(417.025)
Outros resultados abrangentes	55.868	(14.160)
Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	55.868	(14.160)
Resultado abrangente do período	294.904	(431.185)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 01/01/2024 A 31/12/2024

Descrição	Capital Social	AFAC	Outros Resultados	Prejuízos	Totais
			Abrangentes	Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.162.322	-	65.952	(4.246.655)	(2.018.381)
Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	-	-	55.868	-	55.868
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	190.012	-	-	190.012
Resultado do exercício	-	-	-	239.036	239.036
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.162.322	190.012	121.820	(4.007.619)	(1.533.465)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 01/01/2023 A 31/12/2023

Descrição	Capital Social	Outros Resultados	Prejuízos	Totais
		Abrangentes	Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.455.537	80.112	(3.470.938)	(935.289)
Efeitos da reapresentação	-	-	(358.692)	(358.692)
Saldos em 01 de janeiro de 2023	2.455.537	80.112	(3.829.630)	(1.293.981)
Redução de capital	(293.215)	-	-	(293.215)
Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	-	(14.160)	-	(14.160)
Resultado do exercício	-	-	(417.025)	(417.025)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.162.322	65.952	(4.246.655)	(2.018.381)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

	2024	2023 (Reapresentado)
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxo da atividade principal		
Resultado do período	239.036	(417.025)
(+)/ (-) Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	55.868	(14.160)
(+) Depreciação e amortização	47.840	67.323
(+) Baixas do imobilizado e propriedades para investimento	2.728	4.072
(+) Variação monetária de créditos de acionistas	(161.085)	32.568
(+) Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(11.175)	1.285
(+) Provisão para contingências	(63.351)	530.063
(+) Receitas diferidas	(49.083)	(46.256)
(+)/ (-) Benefícios pós emprego	6.822	9.578
Resultado ajustado	67.600	167.448
Variações no ativo		
Contas a receber	7.761	(409)
Créditos fiscais	(6.096)	(10.266)
Valores a receber	2.403	74.319
Depósitos judiciais	(19.852)	29.155
Outros ativos	52.492	(59.475)
Variações no passivo		
Fornecedores	(25.617)	23.112
Obrigações trabalhistas e assistenciais	8.962	(6.465)
Obrigações tributárias	64.141	(75.619)
Obrigações contratuais	16.720	3.416
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	168.514	145.216
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(188.597)	(114.021)
Propriedades para investimento	1.234	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(187.363)	(114.021)
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamento para futuro aumento de capital	190.012	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	190.012	-
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	171.163	31.195
Caixa e equivalentes no início do período	310.909	279.714
Caixa e equivalentes no fim do período	482.072	310.909

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

	2024	2023 (Reapresentado)
Receitas	1.240.851	1.177.287
Tarifas portuárias	146.091	168.956
Arrendamentos operacionais e aluguéis	810.439	709.074
Provisão para perdas estimadas	(7.814)	(8.064)
Reversão de provisões	292.135	307.321
Insumos adquiridos de terceiros	(702.787)	(1.103.017)
Materiais, água, energia e serviços de terceiros	(43.153)	(45.129)
Despesas judiciais e provisões para riscos judiciais	(643.878)	(1.044.680)
Outros custos	(15.756)	(13.208)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	538.064	74.270
Depreciação e amortização	(67.184)	(67.323)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	470.880	6.947
Valor adicionado recebido em transferência	289.845	65.922
Receitas financeiras	68.359	57.580
Outras	221.486	8.342
Valor adicionado a distribuir	760.725	72.869
Distribuição do valor adicionado	760.725	72.869
Pessoal	281.867	251.188
Remuneração direta (ativos, cedidos e estagiários)	169.829	148.407
Benefícios	40.056	39.557
Benefícios pós-emprego	-	6
FGTS	12.457	11.328
INSS	40.881	36.842
Provisões	18.018	14.458
Honorários da diretoria, CONSAD e CONFIS	626	590
Tributos	118.860	94.655
Federais	118.857	93.042
Municipais	3	1.613
Remuneração de capitais de terceiros	120.962	144.051
Despesas financeiras	120.715	123.010
Contratos	247	21.041
Resultado do período	239.036	(417.025)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

1 – Contexto operacional

A Companhia Docas do Rio de Janeiro, doravante denominada “PortosRio” ou “Companhia”, com sede na Rua Dom Gerardo, 35 Sala 1001, Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A Companhia tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério de Portos e Aeroportos, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

Eventos relevantes:

a) Novos negócios

Como destaque neste ano de 2024, a PortosRio realizou leilões na B3, dos terminais RDJ06 e ITG02.

b) Projetos e infraestrutura terrestre, aquaviária e gestão da operação portuária

Abaixo, destaco os principais projetos realizados durante o ano de 2024:

- A PortosRio concluiu a primeira fase da ampliação e modernização do cais da Gamboa no porto do Rio de Janeiro;
- Efetuou pavimentação do pátio 10 no porto do Rio de Janeiro;
- Introduziu rotatória no cais de São Cristóvão, em frente ao canal do mangue, no porto do Rio de Janeiro;
- Iniciou a pavimentação viária no porto do Rio de Janeiro;
- Iniciou as obras do truck center no porto de Itaguaí;
- Foi concluída a dragagem 366 no porto do Rio de Janeiro;
- Recebimento do navio New Panamax de 366 metros de LOA no porto de Itaguaí;
- Instalação de radares para o projeto VTMIS no porto de Itaguaí;
- Implantação de dutovias no cais público do porto do Rio de Janeiro.

c) Transparência

A PortosRio manteve o certificado ouro de transparência, com um notável índice de 90,57% em 2024 (87,82% em 2023) de aderência aos critérios legais e boas práticas relacionadas, conforme avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU).

O índice nacional foi de 63,94% e de 78,10% entre as Estatais Independentes, ou seja, a PortosRio possui índice muito elevado dentre as Autoridades Portuárias.

A Companhia destacou-se como a Companhia com o melhor índice de transparência pública entre as autoridades portuárias. A Companhia também recebeu o prêmio “Portos + Brasil” pelo maior crescimento na movimentação de contêineres do país.

1.1 Continuidade operacional

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações.

Conforme apresentado nos relatórios, a Companhia incorreu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em lucro no montante de R\$ 239.036 mil (prejuízo de R\$ 417.025 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Embora a Companhia possua natureza jurídica de empresa pública não sujeita às regras de falência e recuperação de empresas, as suas atividades passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração tomou medidas que visam o equacionamento dos resultados, otimização de custos e despesas com o objetivo de alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações, o que pode ser corroborado com o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2 – Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

3 – Reapresentação para fins comparativos

As demonstrações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2023, originalmente divulgadas em 18/03/2024, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia. Para tanto, a Administração revisou a forma de contabilização e apresentação dos saldos dos demonstrativos.

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

ATIVO	31 de dezembro de 2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	310.909	-	310.909
Contas a receber de clientes	16.902	-	16.902
Créditos fiscais	4.035	-	4.035
Valores a receber	7.645	1.766	9.411
Outros ativos	618	-	618
	340.109	1.766	341.875
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Valores a receber	1.244	-	1.244
Depósitos judiciais	602.912	(60.264)	542.648
Créditos fiscais	66.542	-	66.542
Outros ativos	59.478	-	59.478
	730.176	(60.264)	669.912
Propriedade para investimento Imobilizado	10.285	-	10.285
	829.936	-	829.936
	1.570.397	(60.264)	1.510.133
Total do ativo	1.910.506	(58.498)	1.852.008

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	31 de dezembro de 2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Passivo circulante			
Fornecedores	39.419	-	39.419
Obrigações trabalhistas e assistenciais	17.916	-	17.916
Obrigações tributárias	204.783	(2.166)	202.617
Obrigações contratuais	20.356	6.087	26.443
Benefícios pós emprego	24.998	-	24.998
Receitas diferidas	-	97.934	97.934
	307.472	101.855	409.327
Passivo não circulante			
Obrigações tributárias	430.116	-	430.116
Obrigações contratuais	-	147.321	147.321
Benefícios pós emprego	267.720	-	267.720
Provisão para contingências	2.231.226	25.173	2.256.399
Adiant. futuro aumento de capital	359.506	-	359.506
	3.288.568	172.494	3.461.062
Patrimônio líquido			
Capital social	2.162.322	-	2.162.322
Outros resultados abrangentes	65.952	-	65.952
Prejuízos acumulados	(3.913.808)	(332.847)	(4.246.655)
	(1.685.534)	(332.847)	(2.018.381)
Total do passivo	1.910.506	(58.498)	1.852.008

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de Reais)

	2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Operações continuadas			
Receita operacional líquida	812.865	46.256	859.121
Custos da operação	(167.546)	-	(167.546)
Lucro bruto	645.319	46.256	691.575
Resultado operacional			
Despesas gerais e administrativas	(209.556)	8.921	(200.635)
Depreciação	(26.256)	-	(26.256)
Provisões contábeis líquidas	(727.955)	(25.173)	(753.128)
Outras receitas operacionais	27.786	-	27.786
Outras despesas operacionais	(534)	-	(534)
	(936.515)	(16.252)	(952.767)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(291.196)	30.004	(261.192)
Resultado financeiro			
Resultado financeiro líquido	(61.271)	(4.159)	(65.430)
Resultado antes dos tributos	(352.467)	25.845	(326.622)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			
Imposto de renda	(66.452)	-	(66.452)
Contribuição social	(23.951)	-	(23.951)
	(90.403)	-	(90.403)
Resultado do exercício	(442.870)	25.845	(417.025)
Quantidade de Ações	1.076.487.907		1.076.487.907
Prejuízo por milhares de ações do Capital Social	(0,41)		(0,39)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais)

	2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Resultado líquido do período	(442.870)	25.845	(417.025)
Outros resultados abrangentes	(14.160)	-	(14.160)
Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	(14.160)	-	(14.160)
Resultado abrangente do período	(457.030)	25.845	(431.185)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

	2023		
	Original	Ajuste	Reapresentado
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Fluxo da atividade principal			
Resultado do exercício	(442.870)	25.845	(417.025)
(+)/ (-) Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensão	(14.160)	-	(14.160)
(+) Depreciação e amortização	67.323	-	67.323
(+) Baixas do imobilizado e propriedades para investimento	4.072	-	4.072
(+) Variação monetária de créditos de acionistas	32.568	-	32.568
(+) Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	1.285	-	1.285
(+) Provisão para contingências	504.890	25.173	530.063
(+) Receitas diferidas	-	(46.256)	(46.256)
(+)/ (-) Benefícios pós emprego	9.578	-	9.578
Resultado ajustado	162.686	4.762	167.448
Variações no ativo			
Contas a receber	(409)	-	(409)
Créditos fiscais	(10.266)	-	(10.266)
Valores a receber	74.319	-	74.319
Depósitos judiciais	32.300	(3.145)	29.155
Outros ativos	(59.475)	-	(59.475)
Variações no passivo			
Fornecedores	23.112	-	23.112
Obrigações trabalhistas e assistenciais	(6.465)	-	(6.465)
Obrigações tributárias	(74.711)	(908)	(75.619)
Obrigações contratuais	4.125	(709)	3.416
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	145.216	-	145.216
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imobilizado	(114.021)	-	(114.021)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(114.021)	-	(114.021)
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	31.195	-	31.195
Caixa e equivalentes no início do período	279.714	-	279.714
Caixa e equivalentes no fim do período	310.909	-	310.909

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

		2023	
	Original	Ajuste	Reapresentado
Receitas	1.131.031	46.256	1.177.287
Tarifas portuárias	168.956	-	168.956
Arrendamentos operacionais e aluguéis	662.818	46.256	709.074
Provisão para perdas estimadas	(8.064)	-	(8.064)
Reversão de provisões	307.321	-	307.321
Insumos adquiridos de terceiros	(1.077.844)	(25.173)	(1.103.017)
Materiais, água, energia e serviços de terceiros	(45.129)	-	(45.129)
Despesas judiciais e provisões para riscos judiciais	(1.019.507)	(25.173)	(1.044.680)
Outros custos	(13.208)	-	(13.208)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	53.187	21.083	74.270
Depreciação e amortização	(67.323)	-	(67.323)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(14.136)	21.083	6.947
Valor adicionado recebido em transferência	61.870	4.052	65.922
Receitas financeiras	53.528	4.052	57.580
Outras	8.342	-	8.342
Valor adicionado a distribuir	47.734	25.135	72.869
Distribuição do valor adicionado	47.734	25.135	72.869
Pessoal	251.188	-	251.188
Remuneração direta (ativos, cedidos e estagiários)	148.407	-	148.407
Benefícios	39.557	-	39.557
Benefícios pós-emprego	6	-	6
FGTS	11.328	-	11.328
INSS	36.842	-	36.842
Provisões	14.458	-	14.458
Honorários da diretoria, CONSAD e CONFIS	590	-	590
Tributos	94.655	-	94.655
Federais	93.042	-	93.042
Municipais	1.613	-	1.613
Remuneração de capitais de terceiros	144.761	(710)	144.051
Despesas financeiras	114.799	8.211	123.010
Contratos	29.962	(8.921)	21.041
Resultado do exercício	(442.870)	25.845	(417.025)

3.1 Depósitos judiciais

Trata-se de correção no saldo das contas dos depósitos judiciais, considerando os ajustes realizados por conta do reconhecimento de resgates efetuados em exercícios anteriores, relativo aos valores de reembolso de serviços de dragagem, os quais eram utilizados como

garantia aos contratos de leasing da extinta Empresa de Portos do Brasil – Portobrás. O resgate foi efetuado no ano de 2009 e baixado durante o segundo trimestre de 2024.

Também ocorreram atualizações financeiras, bem como as baixas correspondentes de processos judiciais. Vide detalhes abaixo:

- Bloqueios judiciais ocorridos durante o ano de 2009 pela Companhia Inter Atlântico de Arrendamento – processo nº 1998.001.185286-0, com resgates efetuados durante o ano de 2011 e baixados efetivamente somente durante o ano de 2024, para os quais estavam registrados apenas pelo valor de face, ou seja, valor histórico. Para este referido processo ainda existe saldo bloqueado;
- Bloqueios judiciais ocorridos durante os anos de 2011 e 2012 pelo Brooklin Empreendimentos – processo nº 0102697-82.2009.8.19.0001, com resgates efetuados durante o ano de 2023 e baixados efetivamente somente durante o ano de 2024, para os quais estavam registrados apenas pelo valor de face, ou seja, valor histórico;
- Bloqueios judiciais ocorridos durante os anos de 2019 e 2020 pelo Dibens Leasing S.A. Arrendamento Mercantil – processo nº 0044608-27.1994.4.02.5101, com resgates efetuados no mês de agosto de 2024, para os quais estavam registrados apenas pelo valor de face, ou seja, valor histórico. Esta baixa foi efetivada no mesmo mês de resgate, ou seja, em agosto de 2024;
- Diversos bloqueios efetuados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ no período de 2016 a 2018, com resgates efetuados durante os anos de 2018 a 2021 e baixados efetivamente somente durante o ano de 2024, os quais estavam registrados pelo valor de face, ou seja, valor histórico;
- Bloqueios efetuados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA nos anos de 2016 e 2017, com resgates efetuados durante os anos de 2019 e 2020 e baixados efetivamente somente durante o ano de 2024, os quais estavam registrados pelo valor de face, ou seja, valor histórico;
- Bloqueios efetuados pela Fazenda Nacional durante o ano de 2017, sendo resgatado durante o ano de 2018 e baixados efetivamente somente durante o ano de 2024, os quais estavam registrados pelo valor de face, ou seja, valor histórico;
- Bloqueio efetuado pelo Ministério Público do Trabalho durante o ano de 2017, sendo resgatado durante o ano de 2017 e baixados efetivamente somente durante o ano de 2024, o qual estava registrado pelo valor de face, ou seja, valor histórico;
- Bloqueios judiciais ocorridos durante os anos de 2019 a 2022 pelo Banco JP Morgan Arrendamento Mercantil – processo nº 000.5985-83.1997.402.5101, com resgates efetuados durante o ano de 2022 e baixados efetivamente somente durante o ano de 2024, para os quais estavam registrados apenas pelo valor de face, ou seja, valor histórico. Para este referido processo ainda existe saldo bloqueado;
- Bloqueios judiciais ocorridos durante os anos de 2008 a 2011 pelo BES Investimento do Brasil S.A. – processo nº 1998.001.185286-0, com resgates efetuados durante os anos de 2011 e 2012 e baixados efetivamente somente durante o ano de 2024, para os quais estavam registrados apenas pelo valor de face, ou seja, valor histórico. Para este referido processo ainda existe saldo bloqueado.

A correção se fez necessária, pois tais recursos foram levantados em exercícios anteriores e baixados efetivamente somente durante o ano de 2024.

3.2 Valores a receber

Trata-se de correção no saldo a receber relacionado aos empregados cedidos com a provisão correspondente, bem como correção no saldo a receber de plano de saúde e previdência privada de ex-empregados, sendo valores de exercícios anteriores.

3.3 Obrigações tributárias

Trata-se de uma revisão na atualização monetária do saldo devido com taxa de ocupação dos anos de 2018 e 2019, a fim de apresentar adequadamente o saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

3.4 Provisões contábeis líquidas

Em função de levantamentos ocorridos no ano de 2023 pelo Brooklin Empreendimentos já citado na nota explicativa 3.1 acima, a correção se fez necessária a fim de apresentar adequadamente o resultado do exercício do ano de 2023. Também ocorreram baixas de processos trabalhistas, em que os resgates por parte do autor ocorreram durante o ano de 2023.

3.5 Resultado financeiro líquido

Trata-se de lançamentos de atualização monetária de processos cíveis e trabalhistas, bem como da taxa de ocupação dos anos de 2018 e 2019, sendo efetuado a segregação entre o que é do ano corrente, do exercício imediatamente anterior e exercícios anteriores a 2023. Mais detalhes nas notas explicativas 3.1 e 3.3 acima.

3.6 Obrigações contratuais

Registro contábil retrospectivo em função de reconhecimento de dívida conforme Ofício SEI nº 58641/2024/MF da Secretaria do Tesouro Nacional referente aos contratos de cessão de créditos nº 018 e 026 firmados com o Tesouro Nacional no ano de 2000, dos quais foram transferidos à União os direitos de créditos decorrentes do contrato de arrendamento C-DEPJUR nº 010/98, de 11/03/98, celebrado com a arrendatária Libra Terminal Rio S.A. (atual International Container Terminal Services Inc. ICTSI), com a segregação entre o que é do ano corrente, do exercício imediatamente anterior e exercícios anteriores a 2023.

3.7 Receitas diferidas

Registro realizado de receita a apropriar referente ao contrato de cessão de créditos s/nº

firmado com o Tesouro Nacional, no qual foi transferido à União os direitos de créditos decorrentes do contrato de arrendamento C-DEPJUR nº 069/98, de 23/10/98, celebrado com a arrendatária Sepetiba Tecon S.A.

Registro realizado a fim de adequação dos saldos do passivo obrigacional e demonstração do impacto no resultado do exercício e consequência dos apontamentos da auditoria externa recorrente desde o ano de 2022.

A reapresentação se faz necessária pois é um contrato firmado no ano de 1998 com vencimento final em outubro de 2025, com a segregação entre o que é do ano corrente, do exercício imediatamente anterior e exercícios anteriores a 2023. Importante ressaltar que os direitos a este referido contrato foram transferidos a União.

4 – Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis estão definidas abaixo e estão detalhadas em notas explicativas específicas.

4.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços (tarifas portuárias) e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

4.3 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e valores a receber.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

c) Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”;
- A Companhia transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo;
- A Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrida) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia.

(iii) Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados na categoria de empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, obrigações contratuais e outras contas a pagar.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando:

- A obrigação é revogada, cancelada ou quando expirar;
- Quando for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes;
- Quando os termos de um passivo existente forem significativamente de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício.

Reconhecimento das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Do total de contas a receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD's são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

4.5 Créditos fiscais

Correspondem aos saldos credores de Pasep, Cofins, ISS, Imposto de Renda e Contribuição Social a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras.

4.6 Depósitos judiciais

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão judicial acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

4.7 Propriedade para investimento

Propriedades mantidas para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades são mensuradas pelo custo no reconhecimento inicial.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

a) Teste de recuperabilidade – Impairment

Estudos externos provaram a recuperabilidade de todos os ativos das quatro unidades geradoras de caixa: UGC Porto do Rio de Janeiro, UGC Porto de Itaguaí, UGC Porto de Niterói e UGC Porto de Angra dos Reis. Estes provaram também que não houve indícios de perda por

desvalorização.

A responsabilidade pelos estudos é da empresa Convergry Serviços e Contabilidade LTDA., contratada por meio do instrumento nº 01/2025, cujo objeto é a “prestação dos serviços de avaliação patrimonial com fundamentação técnica para a determinação do valor recuperável dos ativos (*impairment test*), revisões de vida útil e de valor residual”.

b) Vida útil

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

O Imobilizado está segregado nos seguintes grupos, segundo o Manual de Contas das Autoridades Portuárias, instituído pela Portaria nº 57, de 8 de março de 2016, da ANTAQ, e possui as seguintes taxas anuais de depreciação:

Bens em operação			
Contas	Taxas anuais	Contas	Taxas anuais
Dragagem	Entre 10% e 20%	Pátios	Entre 4% e 10%
Sinalização	Entre 10% e 20%	Armazéns	4%
Proteção marítima	2%	Silo	4%
Berço e cais	Entre 2% e 4%	Guindaste	4%
Estacionamento	4%	Ship Loader	5%
Vias internas	4%	Empilhadeira	5%
Linha férrea	4%		

Bens da administração			
Contas	Taxas anuais	Contas	Taxas anuais
Terrenos	Não deprecia	Equip. de informática	Entre 10% e 20%
Edificações	Entre 4% e 5%	Sistemas aplicativos	Entre 10% e 50%
Instalações	Entre 2% e 10%	Mobiliário	Entre 3% e 20%
Máquinas e equipamentos	Entre 10% e 20%	Veículos	12%

Bens em operação: registram os itens de propriedade da Companhia que são utilizados nas atividades operacionais.

Bens da administração: registram os itens utilizados na atividade administrativa.

Imobilizado em andamento: registram os itens que ainda estão operando.

4.9 Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas

inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

4.10 Obrigações trabalhistas, assistenciais, tributárias e contratuais

As obrigações trabalhistas, assistenciais, tributárias e contratuais foram atualizadas até a data do balanço.

4.11 Receitas diferidas

Valores relativo a contrato de cessão assinado pela Companhia que envolvem montantes de cessão, os quais são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período de vigência do contrato.

4.12 Benefícios pós emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

4.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos e são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando são considerados como de perda provável pela área jurídica da Companhia e divulgados em nota explicativa quando são classificados como de perda possível em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Para fins de apresentação das informações contábeis, a provisão não é demonstrada líquida dos depósitos judiciais.

4.14 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e

diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

4.15 Tributos sobre receitas

As receitas tarifárias e de arrendamento de áreas estão sujeitas à incidência do Pasesp – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade e os créditos decorrentes da não cumulatividade são apresentados como conta redutora da respectiva despesa que ensejou o crédito.

Sobre as receitas tarifárias há incidência do ISS – Imposto sobre Serviços a alíquota de 5%, apurado e recolhido para o município onde são prestados os serviços (Itaguaí).

4.16 Receita operacional

A receita é mensurada quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, sendo provável que os benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados e os riscos e benefícios foram transferidos e assumidos pelo tomador do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a) Tarifas portuárias

As receitas tarifárias são registradas com base na utilização de cais público, por atracação de navios de carga e passageiros, movimentação de cargas e passageiros, fundeio, utilização do canal de acesso aquaviário, utilização de estrutura terrestre, armazenagem e utilização de equipamentos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o usuário, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

b) Receitas de arrendamento

As receitas de arrendamento são registradas com base em contratos de arrendamento operacionais de áreas primárias dos portos e são calculadas por meio da movimentação de carga e de passageiros e do preço do arrendamento, cobrado independentemente da movimentação, conforme a particularidade de cada contrato. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente acerca da remuneração do contrato e da movimentação, atestada pela fiscalização dos contratos.

c) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que

desconta exatamente os pagamentos e/ou os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receitas financeiras, da demonstração de resultado.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contrato com cliente, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa de valor da receita acumulada.

5 – Caixa e equivalentes de caixa

Representam depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez (Operações Compromissadas – CAC), vencíveis em até doze meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Banco do Brasil e CEF	1.502	87
Investimentos em renda fixa	480.570	310.822
Totais	482.072	310.909

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Conforme Resolução 3284 de 25/05/2005, alterada pela Resolução 4034, de 30/11/2011, do BACEN, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. As aplicações são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de realização, todos atualmente no Banco do Brasil.

6 – Contas a receber de clientes

As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

Contas a receber – circulante	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber	20.316	201.376
PECLD	-	(184.474)
Total contas a receber líquido – circulante	20.316	16.902
Contas a receber – não circulante	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber	175.757	-
PECLD	(175.757)	-
Total contas a receber líquido – não circulante	-	-

Abaixo, segue a movimentação das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):

Movimentação da PECLD	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(184.474)	(183.189)
(+) Adições	-	(8.068)
(-) Reversões	8.717	6.783
Saldo final	(175.757)	(184.474)

Nas Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) estão inclusas empresas em recuperação judicial, bem como empresas com faturas vencidas, baseadas em estudo do *Aging List* em conformidade com o normativo interno da Companhia.

Considerando o exposto acima, a Administração da Companhia decidiu pela reclassificação destes saldos para o ativo não circulante no encerramento do exercício de 2024.

7 – Créditos fiscais

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de Renda	3.332	2.110	54.920	51.160
Contribuição Social	-	-	16.517	15.382
Pasep	439	457	-	-
Cofins	1.386	1.468	-	-
ISS a Recuperar	77	-	-	-
Totais	5.234	4.035	71.437	66.542

Os valores no ativo circulante referem-se a créditos de Imposto de Renda, Contribuição Social, ISS, Pasep e Cofins, bem como do Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicações financeiras.

Os montantes registrados no ativo não circulante são relativos ao saldo negativo de Imposto de Renda e de Contribuição Social, referente aos exercícios de 2021 e 2022, os quais vem sendo atualizados pela taxa Selic. Na presente data, estes montantes possuem uma expectativa de realização durante o ano de 2025, a depender da regularização dos trâmites operacionais internos e aqueles exigidos pela Receita Federal.

8 – Valores a receber

Os grupos valores a receber, do ativo circulante e do ativo não circulante, estão compostos da seguinte maneira:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
		Reapresentado		
Acordos – créditos a receber	1.928	5.360	1.690	1.244
Empregados cedidos a outros órgãos	10.337	1.874	-	-
Outros valores a receber	4.217	2.177	-	-
(-) PECLD – Cedidos	(9.920)	-	-	-
Totais	6.562	9.411	1.690	1.244

Acordos – créditos a receber: compreende o saldo de acordos de confissão de dívidas firmados com clientes, sendo os mais relevantes: Pennant Serviços Marítimos e Prestomar Serviços Marítimos.

Empregados cedidos a outros órgãos: compreende o saldo a receber referente às cessões onerosas de empregados do quadro da Companhia a diversos órgãos e entidades públicos. Atualmente, os órgãos cessionários são: Advocacia Geral da União – AGU, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Ministério de Portos e Aeroportos – MPA e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. A variação indica o recebimento de títulos em atraso e por este motivo foi constituída PECLD em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

9 – Outros ativos

Os grupos outros ativos, do ativo circulante e do ativo não circulante, estão compostos da seguinte maneira:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas antecipadas	382	547	-	-
Adiantamentos	6.736	9	-	-
Crédito com o Museu do Amanhã	-	-	-	17.780
Títulos em cobrança judicial	-	-	9.326	68.381
Outros valores	64	62	423	423
(PECLD)	-	-	(9.326)	(27.106)
Totais	7.182	618	423	59.478

Compõem as **Despesas Antecipadas** os seguros e o vale transporte.

O grupo dos **Adiantamentos** é formado por fornecedores, férias e pelo adiantamento para suprimento de fundos.

O **Crédito com o Museu do Amanhã** decorre do contrato de concessão de direito real de uso nº 004/2010, firmado com o Município do Rio de Janeiro, no qual a Companhia concedeu o Molhe Oscar Weinschenck, conhecido como Píer Mauá, para a construção do museu, o qual foi baixado no mês de agosto de 2024 devido ao encontro de contas firmado com o Município do Rio de Janeiro. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 19.

Os valores classificados na conta **Títulos em Cobrança Judicial** representam as seguintes ações:

0019289-69.2004.8.19.0002 – Município de Niterói – Ação de despejo

5001047-89.2018.4.02.5111 – Prefeitura de Angra dos Reis – Desapropriação

5036374-91.2019.4.02.5101 – Trans Vigo Serviços Marítimos – Cobrança

5098089-37.2019.4.02.5101 – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária – Cobrança

5054112-24.2021.4.02.5101 – Ponto Filmes – Ação de despejo com cobrança

O valor de R\$ 59.055 mil, relativo à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária – CDURP, foi reclassificado da rubrica valores a receber, no 2º trimestre de 2023. Quando do encerramento do exercício de 2023, cabe destacar que considerando que o Ente Federativo se encontrava inadimplente, o saldo devedor foi objeto de encontro de contas, aprovado pela Diretoria Executiva, em sua 2643ª reunião, de 19 de dezembro de 2023, e aprovado pelo Conselho de Administração, por meio da Deliberação nº 196/2023/CONSAD/CDRJ, em sua 865ª reunião, de 27 de dezembro de 2023. O referido encontro de contas foi assinado no mês de janeiro de 2024 e registrado no mês de agosto de 2024, baixando os referidos saldos.

A Companhia constituiu PECLD para todos os valores em cobrança judicial.

10 – Depósitos judiciais

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos judiciais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
		Reapresentado
Ações judiciais – leasing	137.343	187.760
Bloqueios em conta corrente	164.120	173.750
Ações judiciais - Portus	13.045	26.167
Recursos interpostos	22.092	18.340
Ações judiciais – VPNI	2.769	2.769
Ações judiciais – impostos federais	124.180	-
Ações judiciais – IPTU	4.457	36.504
Outras ações judiciais	94.495	97.358
Totais	562.501	542.648

Ações judiciais – leasing: são valores de penhoras na receita da Companhia para garantia dos seguintes

processos:

0190316-36.1998.8.19.0001 – 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0102697-82.2009.8.19.0001 – 19ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0044608-27.1994.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

0005985-83.1997.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Bloqueios em conta corrente: são relativos a diversas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, com pedido de penhora judicial nas contas bancárias em que a Companhia possui junto ao Banco do Brasil, e na Caixa Econômica Federal.

Ações judiciais – Portus: são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos: 0105594-59.2004.8.19.0001, da 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e 0002173-66.2013.8.19.0024, da 1ª Vara Cível da Comarca de Itaguaí.

Recursos interpostos: registra os pagamentos de interposição de recursos ordinários, embargos de declaração, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo interno e demais medidas jurídicas de interesse da Companhia.

Ações judiciais – VPNI: compreendem os depósitos judiciais no processo 0100626-70.2017.5.01.0004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, relativo à rubrica salarial denominada VPNI – Vantagem Pessoal Nominal Individual. A Companhia obteve decisão favorável quanto à extinção da ação e a consequente liberação de grande parte dos recursos bloqueados durante o exercício de 2023.

Ações judiciais – impostos federais: são valores relativos ao IRPJ, PIS e Cofins, os quais estão sendo discutidos judicialmente, no qual visa a imunidade tributária do IRPJ, bem como o enquadramento do PIS e Cofins no regime cumulativo. Os depósitos se iniciaram no mês de competência de fevereiro de 2024.

Outras ações judiciais: compreendem os depósitos judiciais nos demais processos cíveis, trabalhistas e tributários.

11 – Propriedade para investimento

Trata-se de 41 (quarenta e um) itens patrimoniais distribuídos entre 26 (vinte e seis) imóveis externos (edificações e terrenos) de propriedade da Companhia, mantidos para auferir aluguel ou para valorização de capital ou para ambas, registrados pelo valor de aquisição (custo histórico).

Segundo laudos de determinação de valor de mercado, observados os métodos de análise e de avaliação empregados, com considerações feitas aos bens em estudo quanto às suas características, estado de conservação e manutenção, os imóveis registrados em Propriedade para investimento foram avaliados em R\$ 1.633.919 mil (R\$ 1.558.858 mil em 2023).

12 – Imobilizado

O ativo imobilizado está assim composto:

Bens	Valor contábil em 01/01/2024			Movimentação janeiro a dezembro de 2024				Líquido
	Bruto	Dep.	Líquido	Adições	Baixas	Transf.	Dep.	
Operação	934.310	(383.116)	551.194	1.214	(2.692)	152.254	(60.812)	641.158
Administração	182.777	(55.585)	127.192	8.589	(36)	(5.633)	(3.618)	126.494
Andamento	151.550	-	151.550	199.135	-	(150.371)	-	200.314
Totais	1.268.637	(438.701)	829.936	208.938	(2.728)	3.750	(64.430)	967.966

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

As adições no grupo Obras em Andamento são referentes a o contrato 06/2022 – obras de ampliação e modernização do Cais da Gamboa, firmado com o Consórcio Porto Rio 1, no valor global, em torno de R\$ 133.000 mil, bem como serviços de dragagem no Cais da Gamboa referente ao contrato 47/2022, no valor global em torno de R\$ 163.000 mil. A obra de modernização do Cais da Gamboa finalizou, tendo a sua transferência realizada no terceiro trimestre de 2024.

13 – Fornecedores

Trata-se do saldo (a vencer) a pagar aos fornecedores de bens e serviços, bem como outras contas a pagar tendo como prazo médio de pagamento de 30 (trinta) dias.

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	13.375	39.013
Outras contas a pagar	426	406
Totais	13.801	39.419

A variação se explica pela celeridade na execução orçamentária da Companhia durante o período de janeiro a dezembro de 2024.

14 – Obrigações trabalhistas e assistenciais

O grupo contém as remunerações a empregados, diretores, conselheiros, membros do comitê de auditoria, estagiários e jovens aprendizes, com os respectivos encargos; os valores a serem recolhidos a título de pensão alimentícia; e as consignações descontadas em folha, tais como contribuição para sindicatos e associações de classe, empréstimos bancários, plano funeral, etc.

	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações	7.932	892
Consignações	309	293
Mesada judicial	78	58
Provisões e encargos	18.559	16.673
Totais	26.878	17.916

A rubrica de remunerações aumentou em função da mudança do critério de pagamento dos salários, que na data-base de 31/12/2023 foi pago no mesmo mês de competência.

15 – Obrigações tributárias

As obrigações tributárias possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
		Reapresentado		
IPTU	-	14.695	6.873	-
ISS	288	494	5.224	3.331
Parcelamentos	123.012	119.975	332.861	426.785
Pasep/Cofins	-	9.940	88.569	-
IR e CSLL	14.192	16.101	71.930	-
INSS/FGTS	7.712	6.521	-	-
Taxa de ocupação	-	31.156	33.517	-
Outros	12.696	3.735	-	-
Totais	157.900	202.617	538.974	430.116

O saldo de **IPTU** a recolher é referente a 76 (setenta e seis) débitos inscritos em Dívida Ativa, do Município do Rio de Janeiro, relativos aos exercícios de 2008 a 2019, os quais foram reclassificados para o passivo não circulante no encerramento do exercício de 2024 em razão de discussão judicial.

O **ISS** registrado no passivo circulante refere-se ao valor mensal do tributo a ser recolhido ao Município de Itaguaí – RJ. O registrado no passivo não circulante é relativo à execução fiscal, também do Município de Itaguaí, em trâmite na 3ª Vara de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, pelo não recolhimento do tributo no exercício de 2002.

Os **Parcelamentos** compreendem duas modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, e dois acordos com a PGFN – Negócio Jurídico Processual II e IV, assinados em 21 de outubro de 2020 e 29 de abril de 2021.

O grupo **Pasep/Cofins** representa contribuições correntes sobre o faturamento mensal, as quais, a

partir da competência do mês de fevereiro de 2024 vêm sendo recolhidas judicialmente, dentro de seus respectivos vencimentos, conforme citado na nota explicativa nº 10.

O saldo de **IR e CSLL** compreende os valores do imposto de renda retido em folha de pagamento, além dos tributos apurados sobre o Lucro Real. Para o IRPJ, os valores vem sendo recolhidos judicialmente, por este motivo estão classificados no passivo não circulante, conforme citado na nota explicativa nº 10.

O grupo **INSS/FGTS** representa contribuições correntes sobre a folha de pagamento mensal, as quais vêm sendo recolhidas dentro de seus respectivos vencimentos.

A **Taxa de Ocupação** representa a cobrança da Secretaria de Patrimônio da União – SPU de taxas incidentes sobre os imóveis da Companhia, tais como taxa de ocupação e aforamento, relativas aos exercícios de 2018 e 2019, os quais foram reclassificados para o passivo não circulante no encerramento do exercício de 2024.

16 – Obrigações contratuais

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
		Reapresentado		Reapresentado
Adiantamento de clientes	1.916	7.788	-	-
Expansão Terminal 1 (i)	7.651	7.651	-	-
Contrato Libra/ICTSI (ii)	-	-	154.093	147.321
Outros	3.267	11.004	-	-
Totais	12.834	26.443	154.093	147.321

- i. A **Expansão do Terminal 1** constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área arrendada (Terminal 1). As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da Companhia, mas foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou pelo ressarcimento das despesas à arrendatária. A Companhia vinha, até o exercício de 2022, amortizando, mensalmente, o saldo devedor do contrato por meio de compensações com valores devidos pela ICTSI Rio Brasil, empresa sucessora, referentes às partes fixa e variável do arrendamento.
- ii. Os valores registrados nesta rubrica referem-se a reconhecimento de dívida conforme Ofício SEI nº 58641/2024/MF da Secretaria do Tesouro Nacional referente aos contratos de cessão de créditos nº 018 e 026 firmados com o Tesouro Nacional no ano de 2000, dos quais foram transferidos à União os direitos de créditos decorrentes do contrato de arrendamento C-DEPJUR nº 010/98, de 11/03/98, celebrado com a arrendatária Libra Terminal Rio S.A. (atual

International Container Terminal Services Inc. ICTSI). Os valores devidos conforme Ofício SEI nº 58641/2024/MF da Secretaria do Tesouro Nacional com posição em 31/08/2024 estão detalhados abaixo (Total da dívida de R\$ 151,8 milhões):

- Contrato nº 18 (ICTSI): R\$ 25,5 milhões (principal de R\$ 11,1 milhões e encargos de R\$ 14,4 milhões);
- Contrato nº 26 (ICTSI): R\$ 126,3 milhões (principal de R\$ 54,4 milhões e encargos de R\$ 71,9 milhões).

Os valores foram atualizados pela Selic para 31 de dezembro de 2024 totalizando o montante de R\$ 154,1 milhões. Por fim, estes valores ainda estão nas tratativas para negociação de pagamento nos mesmos moldes de Negócio Jurídico Processual – NJP e por este motivo foram classificados no passivo não circulante.

17 – Receitas diferidas

Registro realizado de receita a apropriar referente ao contrato de cessão de créditos s/nº firmado com o Tesouro Nacional, no qual foi transferido à União os direitos de créditos decorrentes do contrato de arrendamento C-DEPJUR nº 069/98, de 23/10/98, celebrado com a arrendatária Sepetiba Tecon S.A.

Registros realizados a fim de adequação dos saldos do passivo obrigacional e demonstração do impacto no resultado do exercício.

Este referido contrato tem vencimento no mês de outubro de 2025, por este motivo está classificado no passivo circulante. Vide mais informações deste contrato na nota explicativa nº 30 – Partes relacionadas.

A apropriação da receita no resultado ocorre, em base linear, durante o período de vigência do contrato.

	31/12/2024	31/12/2023
		Reapresentado
Contrato Sepetiba Tecon	48.851	97.934
Totais	48.851	97.934

18 – Benefícios pós emprego

A Companhia é patrocinadora de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo, do tipo “benefício definido”, é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, fiscalizada pelo órgão de supervisão dos fundos

de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda.

A Companhia contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

O Portus está sob intervenção federal decretada pela Diretoria Colegiada da PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União 23 de agosto de 2011.

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contribuições correntes	638	587	-	-
Termo de compromisso financeiro (i)	24.410	24.411	190.835	195.992
Déficit atuarial	-	-	13.534	71.728
Totais	25.048	24.998	204.369	267.720

O déficit atuarial da Companhia, apontado no balanço patrimonial e nos quadros a seguir, de R\$ 228.779 mil (R\$ 292.131 mil em 2023), calculado segundo o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, está sendo equacionado conforme as regras estabelecidas no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em sua 742ª reunião, realizada em 10 de junho de 2020, com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). O fator mais relevante para a redução do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2024 foi o aumento da taxa de desconto, sendo que este impacto reflete diretamente na diminuição do valor presente das obrigações futuras, resultando em um ajuste significativo nos cálculos.

(i) A fim de equacionar a grave insuficiência patrimonial do PBP1, fechado para novas adesões desde 2011, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas Companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial própria, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1.

Desta forma a Companhia (Patrocinadora) firmou o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Neste Termo de Compromisso Financeiro (TCF), considerando a metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBP1, a Companhia assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 203.276, apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos ao Plano de Pensão - PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar.

O valor acima corrigido até a data da assinatura do termo passou a ser de R\$ 210.597. O saldo devedor está sendo liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%),

acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Abaixo está demonstrado o saldo do Termo de Compromisso Financeiro após os registros contábeis acima mencionados:

TCF	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial TCF	220.403	226.281
(-) Pagamentos	(15.302)	(14.056)
(+) Juros e atualização monetária	10.144	8.178
Saldo devedor remanescente	215.245	220.403
Circulante	24.410	24.411
Não circulante	190.835	195.992

As informações atuariais, de responsabilidade da empresa de consultoria Rofx Partners Consultoria em Gestão Empresarial Ltda., são as seguintes:

Base de dados:

	2024	2023
Participantes ativos (passivo principal)	204	226
Participantes assistidos / beneficiários em gozo de benefício	1.185	1.214
Aposentados	560	569
Pensionistas	625	645
Total de participantes	1.389	1.440
<i>Duration</i> da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	8,06	7,13

Premissas:

Premissas adotadas (final do ano)	2024	2023
Taxa de desconto (nominal)	11,35%	9,02%
Retorno esperado dos ativos do plano	11,35%	9,02%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%
Reajuste nominal do benefício	-3,50%	-3,50%

Outras premissas atuariais materiais:

	2024	2023
Rotatividade projetada dos empregados	Não disponível	Não disponível
Tábua de mortalidade geral	AT-2000B (Male)	AT-2000B (Male)
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana desagravada em 20%	Hunter
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss desagravada em 20%	Winklevoss
Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

Valor justo dos ativos do plano:

Ativos	2024		2023	
	Montante	Percentual	Montante	Percentual
Disponível	-	-	-	-
Realizável	235.651	68,92%	237.927	71,97%
Títulos públicos	41.523	12,14%	8.032	2,43%
Ações	14.099	4,12%	16.089	4,87%
Fundos de investimento	26.461	7,74%	28.206	8,53%
Investimentos imobiliários	23.615	6,91%	20.525	6,21%
Precatórios – FND	-	0,00%	19.251	5,82%
Outros – depósitos judiciais	560	0,16%	555	0,17%
Total do Ativo	341.909	100,00%	330.585	100,00%

Reconciliação líquida do passivo (ativo) de benefício definido

	31/12/2024	31/12/2023
Valor líquido do passivo de benefício definido no início do ano	292.131	282.568
Custo do benefício definido incluído no resultado	26.321	26.841
Redimensionamento da obrigação de benefício definido	(55.868)	14.160
Contribuições do empregador	(33.805)	(31.438)
Passivo líquido de benefício definido no final do ano	228.779	292.131

Análises de sensibilidade:

	31/12/2024
Valor presente da obrigação de benefício definido	
Taxa de desconto - 25 pontos base (*)	309.401
Taxa de desconto + 25 pontos base (*)	297.024
% de impacto na obrigação de benefício definido	
Taxa de desconto - 25 pontos base (*)	2,51%
Taxa de desconto + 25 pontos base (*)	(1,59%)
Alteração na tabela de mortalidade	
Agravada em 10%	300.016
Desagravada em 10%	310.187
% do impacto da tabela de mortalidade	

Agravada em 10%	(0,60%)
Desagravada em 10%	2,77%

19 – Provisão para contingências

A Companhia constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

	Saldo Inicial 01/01/2024	Condenações	Complemento	Reversão	Saldo Final 31/12/2024
	Reapresentado				
Ações trabalhistas	107.710	(77.795)	260.313	-	290.228
Ações cíveis	1.586.449	(47.284)	265.921	-	1.805.086
Ações tributárias	562.240	-	4.651	(566.891)	-
Totais	2.256.399	(125.079)	530.885	(566.891)	2.095.314

Segundo informações da Superintendência Jurídica da Companhia, as provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, considerando a fase processual em que se encontram, levando em conta os valores depositados e cálculos homologados. Os valores foram atualizados pelos índices dos respectivos tribunais em que tramitam as ações, acrescidos de juros de mora, conforme legislação vigente.

Levando em consideração o citado acima, quanto ao complemento das contingências cíveis de R\$ 265.921, cabe destacar que substancialmente trata-se do processo vinculado ao Dibens Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, para o qual a Companhia entendia que lograria de resultado favorável como em outro processo similar, com a determinação de refazimento dos cálculos, contudo, o entendimento foi diametralmente contrário, tendo os desembargadores entendido pela aplicabilidade de juros e correção monetária desde a assinatura do contrato e não do ingresso da ação, alterando a probabilidade de perda para provável, gerando o registro contábil durante o 3º trimestre de 2024 e mantendo no encerramento do exercício de 2024.

Já quanto as contingências tributárias, no encerramento do exercício de 2023, por meio da 2643ª reunião, de 19 de dezembro de 2023 da Diretoria Executiva, foi objeto da pauta desta referida reunião, o encontro de contas de valores devidos pelo Município do Rio de Janeiro, bem como dos valores devidos pela PortosRio. O referido encontro de contas foi aprovado pela Diretoria Executiva, e teve sua aprovação pelo Conselho de Administração, por meio da Deliberação nº 196/2023/CONSAD/CDRJ, em sua 865ª reunião, de 27 de dezembro de 2023.

A assinatura foi realizada no mês de janeiro de 2024 por meio de instrumento de autocomposição celebrado entre a Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e o Município do Rio de Janeiro, com interveniência da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos (CCPAR).

O juízo da 24ª Vara Federal homologou o instrumento de autocomposição, com trânsito em julgado no dia 06/04/2024. Durante o 3º trimestre de 2024 foi obtido todas as 4 (quatro) sentenças homologatórias, extinguindo os débitos de execução fiscal junto ao Município do Rio de Janeiro, e assim foi registrado o encontro de contas, baixando todo o valor da contingência tributária, a qual era composta integralmente por estas 4 CDA's.

Para a adição nas contingências trabalhistas do período, cabe destacar que está sendo revisitado todos os valores das contingências atualmente ativas, gerando os referidos complementos.

Os processos classificados como perda remota foram calculados com base nos pedidos apresentados na inicial, considerando o baixo risco de condenação ou já garantidos em juízo. Aqueles considerados como perda possível tiveram seus valores definidos com base na fase de conhecimento em processos com chances de recursos. Os processos classificados como perdas prováveis foram calculados com base na decisão em segunda instância, sem chance de reversão ou em fase de execução.

Destacam-se as seguintes ações classificadas, pela Superintendência Jurídica, com perdas prováveis:

Ações Trabalhistas

Processo	Parte	Tipo	Valor
0000665-56.2011.5.01.0461	Márcio Cândido de Oliveira	Reajuste salarial	16.414
0013900-50.2007.5.01.0067	Roberto Bianco	Adicional de risco	11.874
0002600-61.2005.5.01.0035	Edson Barcellos Lemes	Reajuste salarial	7.037
0001572-31.2011.5.01.0461	Amaro Luiz da Silveira	Adicional de risco	6.659
0001237-98.2012.5.01.0033	Ricardo de Oliveira	Danos morais, materiais	6.228

Ações Cíveis

Processo	Parte	Tipo	Valor
0105594-59.2004.8.19.0001	Portus Instituto de Seguridade	Ação ordinária de cobrança	1.418.581
0044608-27.1994.4.02.5101	Dibens Leasing	Execução de título extrajudicial	189.150
0022472-95.1997.8.19.0001	Portus Instituto de Seguridade	Execução de título extrajudicial	170.935
0022386-50.2003.4.02.5101	Ministério Público Federal	Ação civil por danos ao erário	50.000

19.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia possui outras contingências nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis. Contudo, há contingências que, devido ao valor das ações, podem propiciar perdas relevantes à Companhia em R\$ 344.848 mil (R\$ 289.544 mil em 31/12/2023), sendo:

Ações trabalhistas	R\$	141.157
Ações cíveis	R\$	203.302
Ações tributárias	R\$	389

Destacam-se as seguintes ações classificadas como perdas possíveis:

Ações Trabalhistas

Processo	Parte	Tipo	Valor
0100901-28.2024.5.01.0245	Tiago Malta de Ribeiro	Responsabilidade solidária	5.748
0102108-50.2017.5.01.0005	Manuel Rodrigues Calaca	VPNI e seus reflexos	3.028
0100176-57.2023.5.01.0024	Robson Cosme Viana	Diferenças salariais	2.669
0100974-74.2018.5.01.0062	Omar Martins Borges	VPNI e seus reflexos	2.528
0100751-82.2022.5.01.0062	Rosane Maria Caetano	VPNI e seus reflexos	2.193

Ações Cíveis

Processo	Parte	Tipo	Valor
0006641-54.2008.4.02.5101	DM Construtora de Obras Ltda.	Contrato	100.000
5037687-87.2019.4.02.5101	Multi-Rio Operações Portuárias	Movim. mínima contratual	60.030
5015851-87.2021.4.02.5101	Companhia Port. Baía Sepetiba	Ação de cobrança	19.298
5114322-41.2021.4.02.5101	Ministério Público Federal	Execução de TAC	11.000
0010847-49.2006.8.19.0001	TPAR Terminal Portuário Angra	Contrato	4.070

20 – Adiantamento para futuro aumento de capital

Trata-se de recursos aportados pela União destinados a programas de investimentos na Companhia. Parte dos valores sofre a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC até a sua capitalização, conforme Decreto nº 2.673/1998:

	31/12/2024	31/12/2023
AFAC atualizável	147.342	147.342
AFAC não-atualizável	77.174	77.174
Correção	165.320	134.990
Totais	389.836	359.506

Durante o trimestre de 2024, houve um novo aporte como adiantamento para futuro aumento de capital, advindo da Secretaria Nacional dos Portos, os quais serão destinados a programas de investimentos na Companhia, tendo sido classificado dentro do Patrimônio Líquido conforme disposto no parágrafo único do artigo 2º do Decreto 2.673 de 16 de julho de 1998.

	31/12/2024	31/12/2023
AFAC não-atualizável	190.012	-
Totais	190.012	-

21 – Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.162.322 mil, em 31/12/2024 e em 31/12/2023 está representado por 1.076.487.907 ações:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	538.163.976	538.163.975	1.076.327.951
Estado do Rio de Janeiro	79.979	79.977	159.956
Totais	538.243.955	538.243.952	1.076.487.907

22 – Receita operacional líquida

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com arrendamentos	814.573	757.336
Receitas tarifárias	161.045	186.394
Impostos federais	(90.817)	(82.127)
Impostos municipais	(2.437)	(2.482)
Receita operacional líquida	882.364	859.121

Abaixo, segue o detalhamento por Porto:

Exercício de 2024	Porto do Rio de Janeiro	Porto de Itaguaí	Porto de Niterói	Porto de Angra dos Reis	Total
Receita com arrendamentos	282.154	521.602	4.932	5.885	814.573
Receitas tarifárias	101.451	53.426	5.903	265	161.045
Receita total	383.605	575.028	10.835	6.150	975.618
Impostos federais	(36.121)	(53.361)	(1.120)	(557)	(91.159)
Impostos municipais	-	(2.095)	-	-	(2.095)
Receita operacional líquida	347.484	519.572	9.715	5.593	882.364

Exercício de 2023	Porto do Rio de Janeiro	Porto de Itaguaí	Porto de Niterói	Porto de Angra dos Reis	Total
Receita com arrendamentos	199.095	546.984	5.164	6.093	757.336
Receitas tarifárias	111.883	67.758	6.141	612	186.394
Receita total	310.978	614.742	11.305	6.705	943.730
Impostos federais	(26.321)	(54.098)	(1.115)	(593)	(82.127)
Impostos municipais	-	(2.482)	-	-	(2.482)
Receita operacional líquida	284.657	558.162	10.190	6.112	859.121

A PortosRio tem movimentação diversificada, operando todas naturezas de carga: geral, granel sólido e granel líquido. O Porto do Rio é o que opera com a maior diversidade de cargas, sendo as principais o petróleo e seus derivados, trigo, produtos siderúrgicos, sal, gusa, veículos e cargas em contêineres. O Porto possui também um terminal de navios de cruzeiros. O Porto de Itaguaí, um dos maiores da América Latina, destaca-se pela movimentação de granéis sólidos minerais, sendo o minério de ferro o produto mais movimentado, operando também com contêineres, produtos siderúrgicos e carga geral. As operações do Porto de Niterói estão vinculadas à cadeia de petróleo, entretanto, de forma exclusiva. O Porto de Angra dos Reis caracteriza-se pelas operações de apoio marítimo a plataformas e outros

empreendimentos em alto-mar, conhecidas como operações *offshore*.

Em relação a variação de 2024 quando comparado com 2023 das receitas tarifárias, pode ser destacado, que as receitas tarifárias de 2024 (tabelas I e II) tiveram o impacto de implementação da política de descontos tarifários aplicados pela Portos Rio, gerando um impacto negativo. Já na tabela III, o impacto foi positivo em decorrência do aumento na movimentação de cargas.

Num contexto geral, a movimentação no ano de 2024 girou em torno de 76,2 milhões de toneladas (em torno de 67 milhões em 2023). Como destaque, abaixo os dados:

Porto de Itaguaí:

- Consolidado como o segundo maior porto público do país em movimentação, Itaguaí registrou 60,7 milhões de toneladas em 2024, um aumento de 8,8% em comparação com 2023;
- O volume de minério de ferro atingiu 54,1 milhões de toneladas, alcançando o maior patamar dos últimos 10 anos, com crescimento de 6,8% em relação ao ano anterior;
- Notavelmente, o porto foi responsável pela exportação de 13,6% do volume nacional de minério de ferro transacionado por via marítima, concentrando praticamente toda a exportação dessa commodity nos portos públicos.

Porto do Rio de Janeiro:

- Com uma movimentação de 15,5 milhões de toneladas em 2024, o Porto do Rio de Janeiro apresentou um expressivo crescimento de 39,7% em relação a 2023;
- A carga containerizada foi o grande destaque, totalizando 11,8 milhões de toneladas – um aumento impressionante de 60,1% no mesmo período;
- A movimentação de contêineres, em TEU, alcançou a histórica marca de 1,2 milhão de TEU, uma alta de 70% em relação a 2023.

Panorama Setorial

No cenário nacional, a PortosRio representa:

- 16,1% de toda a movimentação dos portos públicos do país;
- 5,8% de todo o setor portuário brasileiro, incluindo os portos públicos e os Terminais de Uso Privado (TUPs).

Já em relação aos arrendamentos não houve nenhuma alteração sobre as bases contratuais dos contratos de arrendamento dos portos, tais como remuneração fixa, variável e índices de reajuste. Importante ressaltar que a movimentação de minério de ferro (principal fonte de receita em relação aos arrendamentos), possui também a influência da variação cambial, bem como do preço das commodities no mercado externo, visto que o principal produto de exportação é o minério de ferro.

Por fim, houve aumento na receita com arrendamentos em decorrência da emissão de faturas visando a cobrança da movimentação mínima contratual – MMC, relativas ao não atingimento das metas estabelecidas para o exercício de 2023.

23 – Custos da operação

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal e encargos	104.925	92.565
Manutenção	23.393	22.513
Serviços de terceiros	2.594	3.570
Depreciação e amortização	40.982	41.067
Provisões	7.850	6.300
Impostos e taxas	-	1.531
Totais	179.744	167.546

Com exceção dos valores registrados com pessoal e encargos, os quais sofrem impacto de acordo coletivo com dissídio, bem como promoções, os outros valores desta rubrica estão em linha, sem grandes variações.

24 – Despesas gerais e administrativas

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal e encargos	158.924	144.165
Manutenção	27.475	29.452
Serviços de terceiros	2.182	1.899
Legais, judiciais e contratuais	1.573	21.494
Impostos e taxas	4.873	2.721
Outras	1.533	904
Totais	196.560	200.635

As variações mais expressivas desta rubrica estão vinculadas com os valores registrados com pessoal e encargos, os quais sofrem impacto de acordo coletivo com dissídio, bem como promoções. Também há de destacar a redução na linha de legais, judiciais e contratuais, relacionado ao reconhecimento adequado da dívida por parte da Companhia do contrato de cessão firmado com a Sepetiba Tecon.

25 – Depreciação

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação bens em operação	24.224	24.274
Depreciação bens da administração	1.978	1.982
Ajustes	-	-
Totais	26.202	26.256

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil econômica estimada para cada classe de bens.

26 – Provisões contábeis líquidas

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2024	31/12/2023
PECLD	(16.796)	6.403
Provisão de Férias	(13.606)	(11.689)
Provisão para o 13º Salário	7.193	6.199
Provisão p/ FGTS do 13º Salário	444	383
Provisão para contingências	391.165	751.832
Totais	368.400	753.128

Em relação à Provisão para contingências, a variação no grupo é relativa à ajustes no provisionamento das ações trabalhistas, tributárias e cíveis, proporcionalmente, em comparação com o exercício findo em 31/12/2023. Maiores detalhes na nota explicativa nº 19.

27 – Outras receitas operacionais

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2024	31/12/2023
Aluguel	18.005	18.775
Alienação de bens	26.687	1.659
Taxa administrativa	397	354
Receita com aluguel – Encontro de contas	55.722	-
Receita escritura pública de desapropriação Município do Rio de Janeiro – Encontro de contas	92.699	-
Ajustes de avaliação patrimonial – Encontro de contas	76.072	-
Recuperação de IPTU	19.359	-
Outras receitas operacionais	6.721	6.998
Totais	295.662	27.786

A principal variação está relacionada ao registro de encontro de contas firmado com o Município do Rio

de Janeiro. Vide mais informações na nota explicativa nº 19.

28 – Resultado financeiro líquido

O grupo está composto da seguinte maneira:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras sobre créditos	51.553	38.374
Variações monetárias ativas	14.455	13.793
Juros ativos	2.209	3.347
Descontos obtidos	133	859
Outras receitas financeiras	9	1.208
Total receitas financeiras	68.359	57.581
Juros sobre encargos tributários	(57.357)	(83.578)
Despesas financeiras sobre créditos	(62.688)	(38.452)
Tarifas bancárias	(234)	(447)
Juros de mora	(331)	(161)
Multas e emolumentos diversos	(105)	(370)
Outras despesas financeiras	-	(3)
Total despesas financeiras	(120.715)	(123.011)
Total resultado financeiro líquido	(52.356)	(65.430)

As receitas financeiras representam os juros nos recebimentos em atraso e as atualizações dos acordos e demais valores a receber, bem como variações monetárias ativas vinculado a resgate de depósitos judiciais e descontos obtidos com fornecedores.

As despesas financeiras abrangem as atualizações de passivos, as despesas bancárias e a cobrança de multa e juros de mora pela realização de pagamentos em atraso.

29 – Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro

Segue a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	31/12/2024	31/12/2023 Reapresentado
Resultado líquido antes do IRPJ e CSLL	354.756	(326.622)
Adições		
Provisão para contingências	642.552	993.210
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	7.814	8.064
Tributos federais - exigibilidade suspensa	91.413	-
Multas indedutíveis	6.154	-
Total	747.933	1.001.274
Exclusões		
Reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(24.611)	(1.661)
Reversão de provisão para contingências	(577.616)	(292.395)
Tributos federais - exigibilidade suspensa	(6.658)	-
Efeitos do relatório atuarial - CPC 33	(7.483)	-
Outras exclusões	-	(425)
Total	(616.368)	(294.481)
Lucro ajustado	486.321	380.171
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	(145.896)	(114.051)
Lucro real	340.425	266.120
IRPJ	51.064	39.864
Adicional de IRPJ	34.018	26.588
Provisão para o IRPJ	85.082	66.452
Provisão para a CSLL	30.638	23.951

30 – Transações com partes relacionadas

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada em sua página eletrônica. A política estabelece regras e consolida os procedimentos a serem observados pela Companhia quando da ocorrência de transações entre partes relacionadas, assegurando a competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade nas transações.

A política se aplica a todos os colaboradores e administradores da Companhia. As definições de partes relacionadas estão contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas. Dentre as transações realizadas pela Companhia com suas partes relacionadas, destacamos as seguintes:

Transações com o Tesouro Nacional: A Companhia celebrou contrato de cessão de créditos com o Tesouro Nacional no qual transferiu à União os direitos de créditos decorrentes do contrato de

arrendamento C-DEPJUR Nº 069/98, de 23/10/98, celebrado com o arrendatário Sepetiba Tecon S.A.

O contrato possui vigência até 1º de outubro de 2025 e vem sendo recolhido pela arrendatária. A parcela atual é de R\$ 4.530 mil e o saldo a vencer totaliza R\$ 45.304 mil. A receita diferida deste contrato está registrado na rubrica “receitas diferidas” e apresentado na nota explicativa nº 17.

Transações com a Petrobrás: A Petrobrás opera no Porto do Rio de Janeiro em terminal privativo e com contrato de arrendamento transitório.

Quando opera em área privativa, a Companhia efetua pagamento das tarifas portuárias de acesso ao canal e de fundeio. Em relação ao arrendamento, são cobradas da Companhia as parcelas referentes às partes fixa e variável, além da recuperação do custo com energia elétrica e água. No exercício de 2024, o valor total faturado foi de R\$ 46.977 mil (R\$ 47.368 mil em 2023).

Transações com Cessionários: A Companhia cede mão de obra para as entidades públicas abaixo listadas:

Advocacia-Geral da União - AGU

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT

Ministério da Infraestrutura – MINFRA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Os cessionários transferem à Companhia, mensalmente, a título de ressarcimento, os valores relativos aos gastos com os salários e demais benefícios. O valor total do ressarcimento no exercício de 2024 foi de R\$ 6.649 mil (R\$ 7.034 mil em 2023) e valor médio mensal foi de R\$ 554 mil (R\$ 586 mil em 2023).

Transações com o Município do Rio de Janeiro: A Companhia possuía saldo a receber referente à indenização por desapropriação administrativa de imóveis declarados de utilidade pública, ocorrida no exercício de 2014. O saldo a receber era de R\$ 59.055 mil (R\$ 59.055 em 31/12/2023), o qual foi baixado devido ao registro do encontro de contas firmado com o Município do Rio de Janeiro.

Outras transações: A PortosRio mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, tais como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, instituições financeiras com as quais opera regularmente com transações regulares de pagamentos, recebimentos e investimentos; Empresa Brasil de Comunicações – EBC, entidade responsável pelas publicações oficiais da PortosRio; e Companhia Docas do Pará – CDP e Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, entidades que, atualmente, cedem empregados à PortosRio.

Remuneração de empregados e dirigentes (valores expressos em milhares de Reais):

Custos com remunerações, encargos e outros benefícios atribuídos aos membros da Diretoria:

		2024	2023
Benefícios de curto prazo			
	Honorários, benefícios e encargos	1.381	1.236
	Remuneração variável	357	261
Benefícios pós emprego			
	Remuneração compensatória - quarentena	39	83

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário:

	2024	2023
Conselho de Administração	313	235
Conselho Fiscal	207	188
Comitê de Auditoria Estatutário	139	115

Informações relativas às maiores e menores remunerações (salário fixo mensal, sem encargos) pagas aos diretores e aos empregados no exercício:

	2024		2023	
	Diretores	Empregados	Diretores	Empregados
Maior remuneração	34	62	32	94
Menor remuneração	29	2	26	2
Remuneração média	31	22	29	18

31 – Aprovação das demonstrações contábeis

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu em 17 de março de 2025.

FRANCISCO LEITE MARTINS NETO
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF: 427.257.804-97

MARCOS ROBERTO MUFFAREG
DIRETOR
CPF: 672.612.217-91

ANTONIO CARLOS DA GLÓRIA SARDINHA
DIRETOR
CPF: 422.002.537-53

FERNANDO MEIRA JÚNIOR
DIRETOR
CPF: 022.656.997-72

JOÃO BATISTA DA ROCHA RIBEIRO
CONTADOR – CRC/PR 055498/O-4 T
CPF: 035.876.669-97